

**PRIMEIRA PROVA ESCRITA DO X CONCURSO PARA  
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

**DIREITOS INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO E  
DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

1. Segundo a orientação jurisprudencial do STF, existe paridade entre a norma brasileira de produção doméstica e a norma brasileira de produção internacional? Responda a questão de forma sucinta, relacionando-a com as doutrinas do monismo e do dualismo.
2. Qual a natureza jurídica do ato de ratificação da convenção internacional já reconhecida mediante referendo do Congresso Nacional?
3. O sistema jurídico brasileiro, os atos internacionais não dispõem de primazia hierárquica sobre as normas de direito interno. Como se resolve situação de antinomia entre a regra internacional e o ordenamento doméstico?
4. Defina Direito Internacional Público e Direito Internacional Privado, fazendo, em breve relato, a correlação entre ambos.
5. À luz da Lei de Introdução ao Código Civil, como se resolve o descumprimento de um contrato celebrado em Genebra para que um exportador alemão entregue no Brasil determinado tipo de mercadoria em data certa?
6. Distinga filiação e inscrição nos termos do RGPS.
7. O auxílio-creche integra o salário de contribuição? Sim ou não? Por quê?

8. O aumento do percentual do auxílio-acidente estabelecido pela lei 9.032/95 tem aplicação imediata a todos os beneficiários que estiverem na mesma situação? Sim ou não? Por quê?
9. Imagine a hipótese em que a prova pericial realizada em juízo constata que a incapacidade do beneficiário já existia na data do requerimento administrativo. Pergunta-se: nesta hipótese, qual é o termo inicial do benefício assistencial?
10. A respeito de aposentadoria especial, o uso de equipamento de proteção individual, ainda que elimine a insalubridade, no caso de exposição a ruído, pode descaracterizar o tempo de serviço especial prestado?

### DIREITO TRIBUTÁRIO, DIREITO FINANCEIRO E DIREITO CONSTITUCIONAL III

11. Qual a diferença do princípio da capacidade contributiva nas constituições brasileiras de 1946 e 1988?
12. Com base no artigo 13 do Código Tributário Nacional, pode a União Federal, nos limites ali previstos, instituir isenções de tributos municipais? (fundamentar a resposta)
13. Com base no artigo 21 do Código Tributário Nacional pode a União Federal, nos limites estabelecidos em lei, alterar as bases de cálculo do imposto de importação? Fundamentar a resposta.
14. Quais foram os chamados “quatro velhos” (impostos) criados pelas assembleias revolucionárias ao longo do século XIX em França?
15. Dê um exemplo de obrigação tributária de natureza negativa.
16. Segundo o livro “Globalização, Regionalizações e Tributação: A Nova Matriz Mundial”, quais os três caminhos distintos e concomitantes ali apontados para o resgate da cidadania Tributária?
17. Na fase do “império”, como ocorreu o desdobramento da jurisdição em Roma (o que explica como se processou o julgamento de Jesus Cristo)?

18. Segundo o livro “Direito Constitucional das Liberdades Públicas”, quais são as quatro dimensões da estrutura de um novo direito, o Direito do Homem?
19. Há algum nexo de ligação entre os artigos 13 e 14 da declaração de 26 de agosto de 1789 e a Constituição Tributária brasileira?
20. Indique o preceito constitucional brasileiro que cuida do princípio da transparência (direito à informação) quanto à carga dos impostos incidentes sobre mercadorias e serviços.

## **DIREITO EMPRESARIAL E DIREITO CONSTITUCIONAL I E II**

21. Quais as condições específicas da ação de injunção?
22. É possível o controle de constitucionalidade sobre atos materiais?
23. O que é uma inconstitucionalidade ritual ou processual?
24. O que são efeitos diferidos na declaração de inconstitucionalidade?
25. Admite-se a intervenção de terceiros no processo de ação direta de inconstitucionalidade, quanto este terceiro interveio no processo como *amicus curiae*?
26. Quem atua no pólo passivo na relação processual da ação direta de constitucionalidade?
27. Em que consiste o princípio da razoabilidade, esclarecendo sua origem no Direito Comparado e se há previsão no Direito Positivo Brasileiro?
28. A sociedade de factoring (fomento mercantil ou faturização) está sujeita à fiscalização do Banco Central do Brasil? Justifique a resposta.

29.A cobrança antecipada do valor residual garantido (VRG) descaracteriza o contrato de leasing (arrendamento mercantil)? Justifique a resposta.

30.Qual o conceito de empresário à luz do novo Código Civil?

## **DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL**

31.Formule, à luz da teoria finalista da ação: 1.1 uma hipótese de erro de proibição. 1.2 uma hipótese de erro de tipo.

32.Dispõe o art. 1º, inc. V, da Lei 8.137/90: “Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas: (...) V – negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativa à venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação. Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. (...)”. Responda, motivadamente, se se trata de crime de mera conduta ou de crime material

33. Alguém é preso em flagrante por destruir uma instalação científica de propriedade da União, sendo autuado pela prática do crime do art. 62, II, da Lei 9.605/98, que prevê pena de reclusão de um a três anos, e multa. Cabe arbitramento de fiança? Justifique a resposta.

34. Discorra brevemente sobre a natureza jurídica do interrogatório do acusado e o direito ao silêncio.

35.Pode o acusado estrangeiro obter suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei 9.99/95)?

36.Nas ações penais privadas de competência dos Juizados Especiais Criminais Federais, como fica a questão da perempção, considerando as peculiaridades do rito da Lei 9.099/95?

37.O réu foi condenado por crime de descaminho a 2 anos e 4 meses de reclusão, com trânsito em julgado para a acusação. Na data da sentença, o réu tinha 71 anos. O fato é de julho de 1999 e o recebimento da denúncia

se deu em agosto de 2003. A defesa reclama a extinção da punibilidade. Está certo? Explique detalhadamente.

38. Respondem a um mesmo inquérito, por crime contra a ordem tributária (Art. 1º da 8.137/90): o Diretor-Financeiro da empresa X, um advogado terceirizado e um contador, também terceirizado. Segundo relatado, o Diretor-Financeiro teria sido o principal responsável pela alegada fraude fiscal, enquanto o advogado e o contador terceirizados são apontados como partícipes. A mencionada empresa X, representada pelo referido Diretor Financeiro, pagou o valor do tributo e acessórios antes do oferecimento da denúncia, obtendo para si a extinção da punibilidade. Pergunta-se: a extinção da punibilidade estende-se aos dois partícipes? Justifique sua resposta.

39. Nos crimes de descaminho, quando o juiz criminal pode aplicar o princípio da bagatela?

40. Qual o órgão jurisdicional competente para a execução de sentença condenatória proferida por juiz federal?

### **DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

41. Segundo o Código de Processo Civil, quando é possível distribuir a petição inicial não acompanhada do instrumento de mandato?

42. O assistente simples ou adesivo, que atua como auxiliar da parte principal, tem os mesmos poderes e está sujeito aos mesmos ônus processuais que o assistido? Em caso de revelia do assistido, como passa a ser considerado o assistente?

43. As partes e o juiz podem reduzir ou prorrogar prazos dilatatórios e peremptórios? Em quais circunstâncias?

44. O perito e o assistente técnico estão sujeitos a impedimento ou suspeição? Justifique a resposta no espaço disponível.

45. A designação para o exercício de função de confiança pode recair sobre servidor não ocupante de cargo efetivo? E a nomeação para os cargos em comissão? Explique.

46. O direito positivo brasileiro admite a subconcessão de serviços públicos? Em caso positivo, há requisitos para sua adoção? Em caso negativo, qual o fundamento para a vedação?

47. Heráclito, na condição de titular de direito de superfície sobre imóvel pertencente a Parmênides, concluiu a realização de construção mais valiosa do que o próprio terreno no qual foi erigida. De acordo com o Código Civil, em caso de desapropriação do imóvel, a quem cabe a indenização?

48. A estadia de Plotino em Londres, a serviço do País, tem influência sobre a prescrição em relação de que é credor solidário? A ausência de Plotino afeta a prescrição em relação aos demais credores solidários?

49. De acordo com o Código Civil, é admissível a tutela inibitória contra ameaça de lesão a direito da personalidade por divulgação de relato inverídico relacionado à biografia de pessoa já falecida? Em caso positivo, quem tem legitimação para postular a medida? Em caso negativo, comente a omissão legislativa.

50. Segundo o Código Civil atual, como são considerados os hospedeiros, ou fornecedores de pousada ou alimento, sobre as bagagens, móveis, jóias ou dinheiro que os seus consumidores ou fregueses tiverem consigo nas respectivas casas ou estabelecimentos, pelas despesas ou consumo que aí tiverem feito?

**1ª Questão:** Em face do parágrafo único, do artigo 116 do CTN (acrescentado pela Lei Complementar nº 104, de 10 de janeiro de 2001), in verbis:

“Art. 116. Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos:

.....  
 .....

Parágrafo único. A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária”, **comente**:

- a) de que instituto ou cláusula trata?
- b) Qual a doutrina que lhe dá respaldo?
- c) Em que sistema tributário se inspirou (preferencialmente, indique a fonte e os artigos de lei correspondentes)

**2ª. Questão:** Discorra sobre crime de lavagem de dinheiro e crime antecedente, levando em conta, além do texto legal, as posições doutrinárias e jurisprudenciais a respeito.

**3ª. Questão:** Discorra sobre as hipóteses de inadmissão da interceptação telefônica (art. 2º da Lei 9.296/96)

**4ª Questão: SENTENÇA:** João postula indenização em face da União Federal e do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em ação sob o rito ordinário ajuizada em 10/10/2004, na Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da qual veicula sua pretensão de obter indenização por danos materiais, no valor do somatório dos vencimentos e dos proventos que receberia até alcançar a idade correspondente à sua expectativa de vida, e morais,

## X CONCURSO PÚBLICO – JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO – 2ª REGIÃO

no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), em decorrência da anulação, em 25/07/2004, do ato de sua nomeação, ocorrida em 08/05/2002, para o cargo de provimento efetivo de Analista Previdenciário do INSS. Requer, ainda, que a União seja condenada a promover a sua reintegração no cargo anteriormente ocupado de Agente de Segurança do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, com sede na Cidade de São Paulo (SP), do qual foi exonerado, a pedido, após 11 (onze) anos de efetivo exercício, para ocupar o novo cargo.

Em sua contestação, a União argüi, preliminarmente, a sua ilegitimidade passiva *ad causam*, em relação ao pedido de indenização, por ausência de qualquer conduta imputável a seus agentes que pudesse resultar dano para a parte autora. Pelo princípio da eventualidade, alega a ausência de nexo de causalidade, pois a exoneração ocorreu a pedido. Ainda, preliminarmente, afirma existir defeito na representação processual do Autor, tendo em vista que a procuração foi outorgada ao advogado por instrumento particular, o qual, embora com cláusula *ad judicium* e assinado pelo outorgante, não contém a indicação da ação e nem o nome do Réu contra quem deveria ser proposta. No mérito, defende a improcedência do pedido, por ausência de dano indenizável, já que o Autor é pessoa sadia, apta a exercer outra atividade da qual possa auferir recursos para sua sobrevivência. Quanto ao pedido de reintegração, sustenta que a pretensão do Autor corresponde à sua readmissão sem concurso público, hipótese não albergada em nosso ordenamento jurídico, e que não existe qualquer ilegalidade no ato que o exonerou a pedido.

O INSS contesta argüindo, na própria contestação, a incompetência da Justiça Federal do Rio de Janeiro porque o Autor era funcionário do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. No mérito, afirma a legalidade do ato de anulação da nomeação, praticado em harmonia com o disposto no art. 37, II, da Constituição Federal. Justifica a anulação do ato administrativo por não ter havido prévio concurso público, embora a nomeação e posse do Autor tenha ocorrido por necessidade de serviço.



**X CONCURSO PÚBLICO – JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO – 2ª REGIÃO**

Diante da comprovação dos fatos narrados na petição inicial, elabore, fundamentadamente, sentença para o caso, abordando os aspectos jurídicos pertinentes, dispensado o relatório.